

LUSO PARTNERS
SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Relatório de Gestão
e
Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2006

Março / 2007

ÍNDICE

1. Órgãos Sociais
2. Relatório do Conselho de Administração
 - Actividade de Exploração e Resultados
 - Proposta de Aplicação de Resultados
 - Perspectivas para 2007
 - Agradecimentos
3. Órgãos Sociais e Participações Qualificadas
4. Demonstrações Financeiras Individuais
5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais
6. Relatório e Parecer do Fiscal Único
7. Certificação Legal de Contas

1. ORGÃOS SOCIAIS

- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Tomaz de Aquino Viegas de Abranches Lucas de Andrade
de Araújo Parreira Rocha
Secretário: Ana Isabel Almada e Melo de Sousa Refoios

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Manuel Jorge Roquette Ricciardi
Vogais: Luis Leitão Ricciardi
João Tomás Andrade Rocha de Hortega
Jorge Manuel de Oliveira Neves
Nuno Manuel Mendes Serafim

- FISCAL ÚNICO

Efectivo: “Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados”
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
representada por
José Maria Sousa Rego Ribeiro da Cunha
Suplente: Amável Alberto Frexo Calhau

2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2006:

1. Actividade de Exploração

1.1. Enquadramento

O exercício de 2006 marcou o regresso da Luso Partners aos resultados positivos depois do processo de reestruturação levado a cabo em 2005. A reorientação do negócio no sentido de o tornar economicamente viável, bem como o ajustamento da estrutura de custos às receitas geradas pela operação resultou num maior equilíbrio financeiro do negócio que passou a gerar cash flow positivo ao longo de 2006. A focalização do negócio na actividade de Gestão de Patrimónios e os bons resultados obtidos por esta área de negócio, em linha com o comportamento favorável dos mercados financeiros em 2006, permitiu uma maior estabilização de receitas, contrabalançando a maior volatilidade do negócio de intermediação financeira.

Ao longo de 2006 continuaram a ser levados a cabo um conjunto de acções no sentido de alargar o leque de produtos oferecidos na área da Gestão de Patrimónios bem como nos segmentos alvo a atingir nesta vertente de negócio. A **Luso Partners Sociedade Corretora SA** tem procurado complementar a sua gama de produtos próprios na área de gestão de activos através da constituição de parcerias com fornecedores de primeira linha com os quais possa trabalhar em regime de representação exclusiva no nosso mercado (Portugal), nomeadamente no segmento institucional. O objectivo tem sido para além de um complemento natural aos produtos desenvolvidos *in-house*, muito orientados para o segmento accionista e asset allocation global, oferecer produtos de investimento inovadores nas áreas do Real Estate, Hedge Funds e Estruturados, que possam permitir, mais uma vez, uma maior diversificação de receitas e clientes.

A oferta em exclusivo de alguns produtos inovadores permitirá alargar o segmento alvo desta vertente de negócio (Gestão de Carteiras) a institucionais como Fundações, Companhias de Seguros, Sociedades Gestoras de Fundos de Investimentos e Bancos. Por outro lado o comissionamento de gestão dos veículos a comercializar permitirá a linearização de receitas desta vertente de negócio.

Apesar do esforço debitado no desenvolvimento da actividade de Gestão de Patrimónios e distribuição de produtos de investimento de gestoras internacionais em regime de exclusividade a **Luso Partners Sociedade Corretora SA**, continuará a investir na sua actividade de intermediação de valores mobiliários (que continua ser sua principal fonte de receitas), com cobertura total de mercados ao nível de execução e aconselhamento e privilegiando sempre os valores da independência

e rigor. Neste segmento de negócio, apesar da fraca volatilidade registada pelo mercado, com excepção dos meses de Maio e Junho, o bom comportamento dos mercados accionistas em geral permitiu receitas de corretagem bastante positivas ao longo do primeiro semestre com uma clara desaceleração no segundo em virtude da fraca actividade característica do período estival. Nesta área de actividade destaque para a crescente apetência dos clientes pelo mercado de Opções, cujos volumes transaccionados tem vindo a crescer consistentemente.

1.2. Proveitos de Exploração

Durante o exercício de 2006, a Luso Partners registou um total de Eur: 1.312.197 de Comissões Brutas as quais, descontadas de um total de Eur: 346.660 de comissões pagas aos intermediários financeiros que nos fornecem o acesso aos vários mercados de intermediação, se saldou num total de Comissões Líquidas de Eur: 965.537. Ou seja, uma margem de intermediação (Comissões Líquidas / Comissões Totais) de 73,6% contra 77,6% registados no ano anterior. Esta queda deveu-se à necessidade de rever em baixa o *pricing* a alguns clientes no sentido de lhes oferecer condições mais competitivas. Contudo este ligeiro decréscimo foi mais do que compensado pelo aumento de 24,7% das Comissões Brutas.

A repartição da facturação e das comissões geradas por mercado foi a seguinte:

Unid: Euros

	Europa	EUA
Volumes Intermediados	467.667.979	121.747.069
Comissões Brutas	855.138	481.395

O Mercado Europeu voltou a registar um volume de negócios superior ao Mercado Norte-americano numa tendência que já se verifica há três exercícios consecutivos. Este resultado está mais uma vez associado à performance dos próprios mercados em 2006, período no qual as principais Bolsas Europeias registaram um comportamento significativamente superior ao das Bolsas Norte-Americanas. Outros factores como a instabilidade cambial, ciclo económico e critérios de avaliação têm igualmente contribuído para uma maior focalização dos investimentos na Zona Euro em detrimento dos Estados Unidos. As receitas provenientes da intermediação de contratos de Opções

ultrapassaram pela primeira vez as receitas obtidas com a intermediação de acções nos EUA. No seu total, as receitas de intermediação de Opções atingiram 270.353€ contra 211.040€ obtidos na intermediação de acções. O nº de contratos intermediados ascendeu a 66.240 contra 13.068 em 2005. Este segmento de negócio contribui agora com 20% das receitas totais geradas face a apenas 5% em 2006.

A **Luso Partners Sociedade Corretora, SA** continua a canalizar as suas ordens para os mercados estrangeiros através das suas principais Contrapartes, respectivamente, o Deutsche Bank (DB) para os Mercados Europeus e a LEK Securities / Merrill Lynch para os EUA. No entanto, para o mercado Nacional e espanhol foi acrescentado um novo fornecedor de serviços de intermediação que neste caso é o Bes Investimento.

1.3. Custos de Exploração

A estrutura de Custos de Exploração da Corretora foi a seguinte:

Rubricas	2006	2005	Var (%)
Custos com Pessoal	449.290	455.123	-1,3%
Gastos Administrativos	378.983	387.730	-2,3%
Amortizações	44.211	102.481	-26,4%
Outros Custos	0	0	n.a.
Total	872.484	945.334	-7,7%

A política de redução de custos teve o seu principal impacte ao longo do exercício de 2005 pelo que em 2006 a principal preocupação foi a contenção de custos ao invés de qualquer corte radical nesta rubrica dos resultados. No entanto, numa óptica global os custos caíram 7,7% em grande parte devido à queda das amortizações que baixaram 26,4% face a 2005 o que é natural num negócio que entra em velocidade cruzeiro e onde o processo de investimento em imobilizado se restringe a operações pontuais de actualização e manutenção.

2. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais que o Resultado Líquido apurado no exercício, correspondente a um lucro de Eur 67.118,69 seja repartido da seguinte forma:

(i) para reserva legal	Eur	6.711,87
(ii) para resultados transitados	Eur	<u>60.406,82</u>
	Eur	<u>67.118,69</u>

3. Perspectivas para 2007

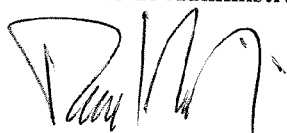
O ano de 2007 será marcado não só pela consolidação da estratégia adoptada em 2006, mas também por objectivos de crescimento mais agressivos do lado das receitas. As parcerias levadas a cabo para a distribuição em regime de exclusividade de produtos de casas de investimento internacionais em Portugal permitirá voltar a crescer de uma forma mais significativa e obrigará a algum esforço de investimento em recursos humanos, nomeadamente na criação de uma estrutura comercial. Depois de conseguido que a operação se tornasse novamente lucrativa a prioridade passa agora pelo crescimento.

A distribuição de produtos de terceiros direccionados sobretudo ao segmento institucional deverá permitir a diversificação de receitas e prosseguir uma estratégia de menor dependência da intermediação de valores mobiliários, actividade a qual está sempre muito dependente do comportamento dos mercados financeiros internacionais, nomeadamente volatilidade e performance, variáveis muito difíceis de prever e impossíveis de controlar. Esta nova linha de negócio, em paralelo como os produtos de Gestão de Patrimónios já criados *in-house* com sucesso, nomeadamente o LPR Multi-Strategies Fund, do qual a Luso Partners Sociedade Corretora SA é o Trading Advisor, deverão continuar a permitir o processo de desintermediação financeira e o aumento de receitas.

O panorama macroeconómico previsível para 2007 deverá, no entanto, de acordo com as nossas previsões, continuar favorável quer à actividade de Intermediação de Valores Mobiliários quer à actividade de Gestão Patrimonial. Os indicadores económicos demonstram que o crescimento

Lisboa, 01 de Março de 2007

O Conselho de Administração



Manuel Jorge Roquette Ricciardi (Presidente)



Luís Leitão Ricciardi



João Tomás de Andrade Rocha e Hortega



Jorge Miguel Rodrigues de Oliveira Neves



Nuno Manuel Mendes Serafim

3. ORGÃOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Lista de Administradores da Sociedade Titulares de Acções de Sociedades em Relação de Domínio ou de Grupo à data de 31 de Dezembro de 2006

Lista a que se refere o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

Os administradores da sociedade Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. detêm acções da sociedade Luso Partners – SGPS, S.A., nos seguintes termos:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
MANUEL JORGE ROQUETTE RICCIARDI (Presidente do Conselho de Administração)	72.500	36,25%
LUÍS LEITÃO RICCIARDI (Vogal do Conselho de Administração)	72.500	36,25%
JOÃO TOMÁS ANDRADE ROCHA DE HORTEGA (Vogal do Conselho de Administração)	5.000	2,5%
JORGE MIGUEL DE OLIVEIRA NEVES (Vogal do Conselho de Administração)	5.000	2,5%
NUNO MANUEL MENDES SERAFIM (Vogal do Conselho de Administração)	5.000	2,5%

Lista de Accionistas da Sociedade Titulares de Acções Superiores a Um Décimo do Capital Social à data de 31 de Dezembro de 2006

Lista a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
LUSO PARTNERS – SGPS, S.A.	152.000	100%

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2006 e 2005

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, nº 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 760.000,00

Balanço em base individual (NCA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Nº de Contribuinte: 505 726 394

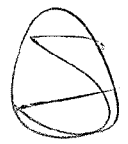



€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)		Notas / Quadros anexos	Ano			Ano anterior
			Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido 3 = 1 - 2	
			1	2	3 = 1 - 2	
Activo						
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		0,00		0,00	0,00
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	2.237.784,23		2.237.784,23	5.026.165,81
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 16 + 191 (1) - 3713 (1)	Activos financeiros detidos para negociação		0,00		0,00	0,00
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 17 + 191 (1) - 3713 (1)	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0,00		0,00	0,00
153 + 1548 (1) + 158 (1) + 18 + 192 - 34888 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 53888 (1) - 3713 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	8	10.028,82		10.028,82	10.152,09
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 3303 + 3310 (1) - 34018 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 5300 - 53028 (1) - 3710	Aplicações em instituições de crédito	9	0,00		0,00	353.215,72
14 + 151 + 1540 + 158 (1) + 190 + 3304 + 3305 + 3310 (1) + 34008 + 340108 + 34880 - 3518 - 35211 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 3712 - 5210 (1) - 53018 - 530208 - 53880	Crédito a clientes		0,00		0,00	0,00
156 + 158 (1) + 159 (1) - 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713 (1) 5210 (1) - 53028 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade		0,00		0,00	0,00
156 + 158 (1) + 159 (1) - 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 - 354 - 3523 - 3713 (1) 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra		0,00		0,00	0,00
21	Derivados de cobertura		0,00		0,00	0,00
25 - 3580 - 3713 (1)	Activos não correntes detidos para venda		0,00		0,00	0,00
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento		0,00		0,00	0,00
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	10	247.749,49	201.453,61	46.295,88	81.264,49
29 - 3582 - 3583 - 361	Activos intangíveis	11	195.485,93	192.954,14	2.531,79	9.684,26
24 - 357 - 3713 (1)	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00		0,00	0,00
300	Activos por impostos correntes	12	13.801,93		13.801,93	6.454,73
301	Activos por impostos diferidos		0,00		0,00	0,00
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 - 371 (1) + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros activos	13	1.749.329,79		1.749.329,79	2.000.822,17
Total de Activo			4.454.180,15	394.407,75	4.059.772,44	7.487.779,27

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

MZ 



 (ZA)

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas / Quadros anexas	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Passivo					
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)			0,00	0,00	0,00
43 (1)			0,00	0,00	0,00
43 (1)			0,00	0,00	0,00
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)			0,00	0,00	0,00
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	14	39.472,29		39.472,29	47.732,47
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312			0,00	0,00	0,00
46 - 3311 (1) - 3415 + 5205 + 5211 (1) + 5313			0,00	0,00	0,00
44			0,00	0,00	0,00
45			0,00	0,00	0,00
47	15	117,17		117,17	0,00
490	16	0,00		0,00	447,58
491			0,00	0,00	0,00
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)			0,00	0,00	0,00
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	17	100.000,00		100.000,00	100.000,00
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	18	3.333.895,49		3.333.895,49	6.820.848,50
Total de Passivo		3.473.484,95	0,00	3.473.484,95	6.968.828,55
Capital					
55	19	760.000,00		760.000,00	760.000,00
602		0,00		0,00	0,00
57		0,00		0,00	0,00
- 56		(0,00)		(0,00)	(0,00)
58 + 59	20	6,76		6,76	-211,32
60 - 602 + 61	20	-240.837,96		-240.837,96	-72.177,05
	20	67.118,69		67.118,69	-168.660,90
- 63		(0,00)		(0,00)	(0,00)
Total de Capital		586.287,49	0,00	586.287,49	518.950,72
Total de Passivo + Capital		4.059.772,44	0,00	4.059.772,44	7.487.779,27

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Ana Isabel de Sousa Refoios
Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

Manuel Roquette Ricciardi
Manuel Roquette Ricciardi

Luis Leitão Ricciardi
Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Horta
João Tomás Horta

Jorge Neves
Jorge Neves

Nuno Serafim
Nuno Serafim

12.B)

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

Sede: Rua de São Julião, n.º 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 760.000,00

Demonstração de Resultados NCA (Contas individuais)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

N.º de Contribuinte: 505 726 394

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)		Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
79 + 80 (1) + 8120	Juros e rendimentos similares	3	27.102,46	22.045,42
66 + 67 (1) + 6820	Juros e encargos similares	3	5.237,47	10.770,08
	Margem financeira		21.864,99	11.275,34
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0,00	0,00
81 (1) - 8120	Rendimentos de serviços e comissões	4	1.312.197,14	1.051.850,66
68 (1) - 6820	Encargos com serviços e comissões	4	346.660,30	270.963,19
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)		0,00	0,00
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	5	-270,76	-390,23
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6	-785,61	3.366,03
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		0,00	0,00
- 695 (1) - 696 (1) - 699 (1) - 75 - 720 - 721 - 722 - 723 - 725 - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 839 (1) + 840 + 843 + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	25	-43.363,28	-16.286,00
	Produto bancário		942.982,18	778.852,61
70	Custos com pessoal	26	449.290,33	455.123,01
71	Gastos gerais administrativos		378.983,09	387.730,06
77	Depreciações e amortizações	10+11	44.211,20	102.481,30
781 + 783 + 784 + 785 + 786 + 788 - 881 - 883 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	15	-117,17	7,62
78000 + 78001 + 78010 + 78011 + 7820 + 7821 + 7822 - 88000 - 88001 - 88010 - 88011 - 8820 - 8821 - 8822 - 848 (1)	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0,00	0,00
760 + 7620 + 7618 + 76211 + 76221 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7641 + 765 + 766 + 78002 (1) + 78012 (1) + 7823 + 7828 (1) - 870 - 8720 - 8718 - 87211 - 87221 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8741 - 875 - 876 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8823 - 8828 (1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0,00	0,00
768 + 769 (1) + 78002 (1) + 78012 (1) + 7828 (1) - 877 - 878 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8828 (1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0,00	0,00
	Resultado antes de impostos		70.380,39	-166.474,14
	Impostos			
65	Correntes	27	3.261,70	2.186,76
74 - 86	Diferidos		0,00	0,00
	Resultado após impostos		67.118,69	-168.660,90
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00
640	Resultado líquido do exercício		67.118,69	-168.660,90

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Ana Isabel de Sousa

Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

Manuel Roquette Ricciardi

Manuel Roquette Ricciardi

Luis Leitão Ricciardi

João Tomás Hortoga

João Tomás Hortoga

Jorge Neves

Jorge Neves

Nuno Serafim

Nuno Serafim

12C)

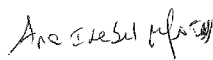
LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(em euros)

	Capital	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2004 NCA (sem IAS 32 e 39)	760 000	-	38 344	(110 521)	687 823
Impacto da aplicação do IAS 32 e do IAS 39	-	-	164	-	164
Saldo em 1 de Janeiro de 2005 NCA	760 000	-	38 508	(110 521)	687 987
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diminuição de resultados transitados	-	-	(164)	-	-
Constituição de reservas	-	(211)	(110 521)	110 521	(211)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(168 661)	(168 661)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	760 000	(211)	(72 177)	(168 661)	519 115
Alterações de justo valor líquidas de imposto	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	218	(168 661)	168 661	218
Resultado líquido do exercício	-	-	-	67 119	67 119
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	760 000	7	(240 838)	67 119	586 452

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas



Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração



Manuel Roquette Ricciardi




Luis Leitão Ricciardi



João Tomás Horta



Jorge Neves



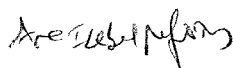
Nuno Serafim

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

	Notas	31-12-2006	31-12-2005
(euros)			
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		45 165	12 053
Juros e custos pagos		(5 237)	(10 870)
Serviços e comissões recebidas		1 312 196	1 051 851
Serviços e comissões pagas		(346 660)	(270 963)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(835 115)	(889 597)
		<u>170 349</u>	<u>(107 526)</u>
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Aplicações em instituições de crédito		335 250	-
Recursos de instituições de crédito		-	-
Crédito a clientes		-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		(8 260)	(642 500)
Derivados de cobertura		-	-
Outros activos e passivos operacionais		(3 271 459)	2 416 611
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		<u>(2 774 120)</u>	<u>1 666 585</u>
Impostos sobre os lucros (pagos) recebidos		(11 056)	7 738
		<u>(2 785 176)</u>	<u>1 674 323</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Dividendos recebidos		-	-
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		(351)	6 000
Investimentos detidos até à maturidade		-	-
Compra de imobilizações		(2 089)	(8 467)
Venda de imobilizações		-	-
		<u>(2 440)</u>	<u>(2 467)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações de caixa		-	-
Reembolso de obrigações de caixa		-	-
Emissão de passivos subordinados		-	-
Reembolso de passivos subordinados		-	-
Dividendos de acções ordinárias pagas		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		<u>-</u>	<u>-</u>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(786)	3 366
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		<u>(2 788 402)</u>	<u>1 675 222</u>
Caixa e equivalentes no início do período	2.2 o)	5 026 186	3 350 964
Caixa e equivalentes no fim do período	2.2 o)	<u>2 237 784</u>	<u>5 026 186</u>
		<u>(2 788 402)</u>	<u>1 675 222</u>
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa		-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	2 237 784	5 026 186
Total		<u>2 237 784</u>	<u>5 026 186</u>

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas




Ana Isabel de Sousa Refoios

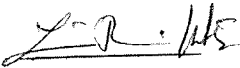
O Conselho de Administração




Manuel Roquette Ricciardi



Luis Leitão Ricciardi



João Tomás Ortega



Jorge Neves



NUNO SERAFIM

12 E)

LUSO PARTNERS - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
MODELO I
INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Unidade: Euros


Natureza e espécie (1)	Categoria de Ativo o Instrução n.º 23/2004 (2)	Código do título (3)	Tipo de emissor (4)	País do emissor (5)	Cotação Não cotado (ISIN) (6)	Mercado organizado referente (7)	Cotação (8)	Quantidade (9)	Valor nominal (10)	Critério valorizatório (11)	Valor de Balanço (12)	Valor (+/-) (13)	Montante vencido (14)	Correções de valor		% de participação		Operações capitais (18)	Observações (19)
														Imparidade	Outras	Capital	Direitos de voto		
Instrumentos de dívida																			
De dívida pública																			
O.T. 3,2% ABRIL 2011	iv)	PTOTE40E0040	OUTRAS	Portugal	S	-	9,800,00	1.000.000	10.000,00	Justo valor	9.800,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores públicos																			
De outros emissores																			
Adquiridos no âmbito de operações de titularização Equiparados a <i>first loss position</i>																			
Outros																			
Outros																			
Dívida não subordinada																			
Dívida subordinada																			
Total								1.000.000	10.000,00		9.800,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital																			
Total																			
Outros																			
Total																			

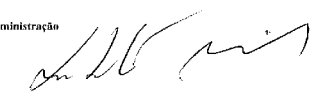
As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras


O Técnico Oficial de Contas



 Ana Isabel de Sousa Refóis

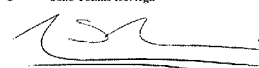
O Conselho de Administração


 Manuel Roquette Ricciardi


 Luis Leitão Ricciardi


 João Tomás Horta


 Jorge Neves


 Nuno Serafim

12F

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2006 e 2005

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**
(Valores expressos em Euros)

NOTA 1 – ACTIVIDADE

A Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. (LP Corretora ou Sociedade), com sede em Lisboa, foi constituída por escritura pública celebrada em 9 de Maio de 2002 com um capital social de 500 mil euros, correspondendo a 100 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada, detido na íntegra pela Luso Partners – SGPS, S.A.. A Sociedade iniciou a sua actividade em 18 de Setembro de 2002.

No exercício de 2003 o capital social da LP Corretora aumentou para 760 mil euros, correspondendo a 152 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada, em resultado da fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA (LP Gestora) na sociedade corretora. Esta fusão foi autorizada pelo Banco de Portugal através da modalidade de fusão por incorporação, i.e., da transferência global do património da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, SA para a Luso Partners – Sociedade Corretora, SA e a escritura pública ocorreu no dia 4 de Novembro de 2003. Para efeitos contabilísticos, a data a considerar para a fusão das duas sociedades foi o dia 1 de Janeiro de 2003.

A fusão referida anteriormente teve como objectivos a simplificação das estruturas, reforço dos mecanismos de controlo interno e redução de custos, nomeadamente das áreas de suporte (administrativa, financeira, etc.), com base nos seguintes fundamentos:

- a) Ambas as sociedades prosseguiam actividades que se complementavam ao nível da administração de carteiras, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- b) Tendo em conta as características do mercado financeiro em que as sociedades estavam inseridas, tornava-se cada vez mais necessário desenvolver e apresentar serviços integrados, orientados por uma gestão de custos que lhes permitissem alcançar uma posição competitiva e
- c) No planeamento da operação foi tomada em consideração a ineficiência a que, a vários níveis, a estrutura actual conduzia. A manutenção de entidades juridicamente autónomas obrigava à existência de estruturas diferenciadas e ao cumprimento de um conjunto acrescido de

formalidades sem que, no caso concreto e no momento actual, se mantivessem as vantagens que poderão ter estado na origem da opção pela estrutura anteriormente implementada.

O objecto social da Sociedade consiste na realização de todas as actividades de intermediação financeira legalmente permitidas às sociedades corretoras, bem como no exercício de quaisquer outras actividades expressamente autorizadas pelas entidades competentes, incluindo nomeadamente (i) a compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros, (ii) o processamento de carteiras de clientes e guarda de valores mobiliários, podendo proceder à cobrança dos respectivos rendimentos e, desde que autorizados pelo cliente, exercer outros direitos sociais e (iii) o exercício da actividade de administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, a que se dá a designação de carteiras, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos. A actividade de gestão de carteiras é exercida com base em mandato escrito, celebrado entre a Sociedade e os respectivos clientes, que especifica as condições, os limites e o grau de discricionariedade dos actos na mesma compreendidos.

A actividade encontra-se regulamentada (i) pelo Decreto-Lei nº 262/2001, de 28 de Setembro, (ii) pelas disposições aplicáveis do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, e (iii) pelo Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de Novembro.

Durante o ano de 2005, a Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. procedeu a uma reestruturação do seu quadro de pessoal, por forma a obter uma equipa mais ajustada à sua dimensão, à actual conjuntura económica e aos objectivos que se propõe atingir a médio prazo. Aliada a esta redução dos custos com pessoal, também se reduziram outros custos fixos, nomeadamente os custos com comunicações e os custos com serviços de informática. Também as amortizações começam a reflectir o efeito da total amortização dos custos de constituição da Sociedade, bem como do custo com os sistemas de tratamento informático de dados.

No presente exercício a Sociedade teve como objectivo o reforço do seu sistema de controlo interno. Para tal foram revistos integralmente o Manual de Procedimentos e o Regulamento Interno.

Foi igualmente revisto o Código de Conduta da LP Corretora, aplicável a todos os colaboradores da Sociedade Corretora (membros dos órgãos sociais e demais colaboradores), e registado juntamente com o Regulamento Interno revisto, em 25 de Outubro de 2006, na CMVM, nos termos do nº 2, do artigo 316º, do Código dos Valores Mobiliários.

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais agora apresentadas reflectem os resultados das operações da Sociedade, para os exercício findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, e as notas anexas arredondadas à segunda casa decimal.

Para os períodos até 31 de Dezembro de 2004, a LP Corretora preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sector Bancário, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 91/90, de 17 de Março.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais da LP Corretora passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e nº 2 do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (NCA's).

As NCA's incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, com excepção dos aspectos já referidos, definidos nos Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal:

- i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime;
- ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e
- iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade reportadas a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foram preparadas em conformidade com as NCA's que incluem os requisitos definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). As notas anexas a estas demonstrações financeiras incluem toda a informação que é necessária que seja divulgada nas demonstrações financeiras anuais.

As políticas contabilísticas descritas em seguida, foram aplicadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005. Existe comparabilidade entre as políticas contabilísticas de ambos os exercícios.

Transição para as IFRS

No exercício de 2005, a Sociedade elaborou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com as NCA's, tendo os ajustamentos de transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, sido determinados de acordo com os princípios aplicáveis da IFRS 1.

Na preparação das demonstrações financeiras na data de transição, 1 de Janeiro de 2005, a LP Corretora decidiu optar por uma excepção permitida pelo IFRS 1, apresentada conforme segue:

- Valorização dos activos fixos tangíveis

A Sociedade decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, o valor de balanço determinado com as normas contabilísticas anteriormente aplicadas.

Com excepção da situação referida, a LP Corretora adoptou os restantes IFRS aplicáveis ao âmbito das operações decorrentes da sua actividade.

As demonstrações financeiras da LP Corretora estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

Foram os seguintes os principais critérios contabilísticos e valorimétricos adoptados relativamente às várias rubricas das presentes demonstrações financeiras:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, sendo os custos e proveitos registados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, respectivamente.

b) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-currency, sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas. Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira (i.e. moedas fora da zona Euro), excepto notas e moedas, sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgados pelo Banco de Portugal (ver Nota 23).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial à vista, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

- **Posição cambial à vista**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

c) Activos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o Decreto-Lei n° 262/2001, de 28 de Setembro, artigo 5° - n° 2, alínea b), é vedado às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com excepção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”.

- **Títulos disponíveis para venda**

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objectivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n° 2/2000. São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

As **Obrigações e outros títulos de rendimento fixo** emitidos com base no valor nominal, são apresentados com base no seu justo valor. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos da dívida pública, que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra, é amortizada de modo escalonado durante o período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados. Os juros corridos são relevados como proveitos e apresentados na rubrica Activos financeiros disponíveis para venda, adicionados ao valor de mercado do título (ver Nota 8).

As diferenças líquidas entre o valor de aquisição e o correspondente valor de mercado são relevadas em capitais próprios, numa rubrica de reservas de reavaliação (ver Nota 20).

d) Provisões para riscos de crédito e para risco-país

As provisões para riscos de crédito e para risco-país foram apuradas nos termos do Aviso n° 3/95, de 30 de Junho, alterado pelo Aviso n° 8/2003, de 8 de Fevereiro e da Instrução n° 94/96, do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, as provisões para riscos gerais de crédito incluem:

- uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica Provisões, correspondente a um mínimo de 1% do total dos saldos devedores de clientes. O valor para o exercício de 2006 é Eur 117 (ver Nota 15).

e) Outros activos tangíveis

De acordo com política contabilística descrita na nota 2.1., os outros activos tangíveis encontram-se registados pelo custo determinado na data de transição para as IFRS, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, pelo que as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes numa base duodecimal, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens :

	<u>Nº de Anos</u>
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	8 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Material de transporte	4

As beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, ao abrigo do Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, do Banco de Portugal, dado ser este o período em que se considera reflectir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

f) Activos intangíveis

Os activos intangíveis são contabilizadas ao respectivo custo de aquisição. Incluem, sobretudo, os custos incorridos com a constituição da Sociedade e com o processo de fusão referido na Nota 1, bem como os encargos com sistemas de tratamento informático de dados. São amortizadas numa base duodecimal durante um período de três anos a partir do exercício em que são incorridos, segundo o método das quotas constantes (ver Nota 11).

g) Pensões de reforma

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do plano de reformas definido a nível interno, a LP Corretora aderiu a um fundo de pensões aberto de forma a financiar o Plano de Pensões criado pela Sociedade, o qual visa proporcionar à totalidade dos seus empregados um complemento de 20% do salário pensionável à idade normal de reforma.

O Fundo de Pensões Aberto “Espírito Santo Multireforma” é gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Banco Espírito Santo, S.A..

O Banco de Portugal, através dos Avisos nº 4 e 12 de 2005, introduziu alterações ao Aviso nº 12/2001, por forma a actualizar a regulamentação existente sobre a cobertura de responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, na sequência da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), nomeadamente o IAS 19.

O cálculo actuarial das responsabilidades da LP Corretora é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada, utilizando pressupostos actuariais e financeiros em conformidade com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

Anualmente, em conformidade com o disposto no referido Aviso, são reconhecidos em resultados os encargos correntes com o plano que correspondem ao total líquido dos montantes de custo do serviço corrente, custo dos juros e rendimento esperado dos activos do fundo.

Os ganhos e perdas actuariais apurados anualmente, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que o valor líquido acumulado dos ganhos e perdas actuariais no final do ano, que exceda 10% do maior de entre (i) o valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo e (ii) o valor dos activos do fundo de pensões, também reportados ao final do ano, seja reconhecido como despesas/receitas com custo/proveito diferido e amortizado por contrapartida de resultados extraordinários durante um período de 10 anos, com início no exercício seguinte àquele em que é apurado. O valor líquido acumulado dos ganhos e perdas actuariais no final do ano que se situe dentro do referido limite, é registado na conta de desvios actuariais - incluídos no corredor e não é amortizado.

No que se refere ao nível de financiamento, e sem prejuízo do cumprimento dos níveis mínimos de solvência determinados pelo Instituto de Seguros de Portugal, o Aviso 12/2001 estabelece:

- financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento;
- financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A LP Corretora efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo e de forma a cumprir com os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo Banco de Portugal.

h) Reconhecimento de proveitos resultantes de comissões

No exercício da actividade de corretagem, a Sociedade debita aos seus clientes comissões de corretagem que são registadas em resultados na rubrica de comissões no dia da transacção, por contrapartida de contas de regularização do activo, a aguardar a respectiva liquidação financeira.

Relativamente às comissões de gestão de carteiras, estas são apuradas conforme previsto nos contratos, segundo os esquemas a seguir descritos, cuja opção cabe ao cliente, sendo igualmente relevadas em resultados na rubrica de comissões:

- Comissão de Gestão Fixa – aplicação de uma taxa de 2% sobre o capital médio em gestão, cobrada trimestralmente (0,25% por trimestre), no último dia dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro;
- Comissão de Gestão Variável – comissão cobrada no último dia útil do ano, tendo por base a rentabilidade líquida da carteira no período e o esquema progressivo de comissionamento previsto e
- Comissão de Gestão Mista – comissão composta por uma parte fixa e outra variável, sendo a comissão fixa calculada pela aplicação de uma taxa de 1% sobre o capital médio em gestão, cobrada trimestralmente (0,25% por trimestre), no último dia dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro e a comissão variável apurada pela aplicação de uma taxa de 5% sobre a rentabilidade líquida da carteira no período e cobrada no último dia útil do ano.

i) Impostos sobre lucros

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a Sociedade, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à actividade (ver Nota 27).

Não existem diferenças temporárias significativas que justifiquem a contabilização de impostos diferidos.

j) Operações de compra e venda de títulos

As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros, cuja liquidação financeira ocorre dentro dos prazos dos mercados em que são transaccionados, são registadas nas rubricas Outros activos ou Outros passivos (ver Notas 13 e 18).

No que se refere a transacções efectuadas no âmbito dos mercados organizados, i.e., relativamente aos valores negociados quer em âmbito nacional quer em âmbito internacional com instituições financeiras filiadas em Sistemas de Liquidação Internacionais, as respectivas liquidações financeiras são efectuadas junto dos bancos liquidadores, incluindo o que diz respeito às taxas de corretagem, que posteriormente nos são transferidas.

k) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados nas rubricas extra patrimoniais ao valor de cotação ou, na ausência deste, ao correspondente valor nominal (ver Nota 22).

l) Gestão de carteiras

Os valores mobiliários de terceiros, entregues à gestão da Sociedade, ou posteriormente adquiridos por esta no âmbito desta actividade, encontram-se registados nas rubricas extra-patrimoniais e são valorizados numa base diária tendo por base a cotação de mercado divulgada.

Os valores remanescentes não aplicados na aquisição de títulos, i.e., a liquidez da carteira de cada cliente, encontram-se igualmente registados nas rubricas extra patrimoniais.

As operações de compra e venda de títulos, a aguardar a liquidação financeira, encontram-se registadas nas rubricas extra patrimoniais como parte integrante da carteira, a deduzir no caso de uma posição líquida compradora e a acrescer no caso de uma posição líquida vendedora (ver Nota 22).

m) Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo com os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela LP Corretora à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- **Como locatário**

Na óptica do locatário, os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

- **Como locador**

Na óptica do locador, os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital, i.e., os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos, enquanto as amortizações de capital também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódico constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

n) Imparidade

A existência de evidência objectiva de que um activo financeiro apresenta sinais de imparidade, resulta do cálculo do valor recuperável desse activo com sinais de imparidade, registando as perdas apuradas por contrapartida de resultados.

A existência de evidência objectiva de imparidade, após o reconhecimento inicial de um activo financeiro, pode resultar das seguintes situações:

- títulos cotados – uma desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação destes títulos; ou
- títulos não cotados – quando se verifica um evento com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Caso se verifique uma diminuição subsequente na perda de imparidade e a mesma possa ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, a mesma é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. Este critério não é aplicável às acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Esta perda potencial corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida em resultados.

Como já foi referido na nota 2.2 c) a legislação actual impede às sociedades corretoras “adquirir por conta própria valores mobiliários de qualquer natureza, com excepção dos títulos da dívida pública emitidos ou garantidos por Estados-Membros da OCDE”, pelo que a LP Corretora não implementou qualquer procedimento com carácter regular para fazer face a este risco, embora esteja atenta às flutuações verificadas nos seus activos disponíveis para venda.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a 3 meses a contar da data do balanço, onde se incluem os saldos de disponibilidades em outras instituições de crédito (ver Nota 7).

NOTA 3 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Juros e proveitos similares		
Juros de disponibilidades em instituições de crédito:		
- no país	14 830	7 106
- no estrangeiro	7 925	3 373
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	3 912	10 760
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	435	806
	<u>27 102</u>	<u>22 045</u>
Juros e custos similares		
Juros de recursos de instituições de crédito:		
- no país	481	178
- no estrangeiro	4 756	9 727
Juros de fornecedores imobilizado em locação financeira	0	865
	<u>5 237</u>	<u>10 770</u>
	<u>21 865</u>	<u>11 275</u>

NOTA 4 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços de administração de valores prestados	6 138	31 126
Por operações realizadas com títulos por conta de terceiros	1 231 988	1 008 865
Outros proveitos de comissões recebidas	74 071	11 860
	<u>1 312 197</u>	<u>1 051 851</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros:		
- depósito e guarda de valores	56 726	15 662
- por outros serviços bancários	18 519	19 610
Por operações realizadas com títulos	271 415	235 691
	<u>346 660</u>	<u>270 963</u>
	<u>965 537</u>	<u>780 888</u>

NOTA 5 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2006			31-12-2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos						
Obrigações do tesouro	<u>13</u>	<u>284</u>	<u>(271)</u>	<u>0</u>	<u>390</u>	<u>(390)</u>
	<u>13</u>	<u>284</u>	<u>(271)</u>	<u>0</u>	<u>390</u>	<u>(390)</u>

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2006			31-12-2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	<u>1 691</u>	<u>2 477</u>	<u>(786)</u>	<u>3 987</u>	<u>621</u>	<u>3 366</u>
	<u>1 691</u>	<u>2 477</u>	<u>(786)</u>	<u>3 987</u>	<u>621</u>	<u>3 366</u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.b).

NOTA 7- DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2006	31-12-2005
Em instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	<u>831 667</u>	<u>3 459 319</u>
Em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	<u>1 406 117</u>	<u>1 566 867</u>
	<u>2 237 784</u>	<u>5 026 186</u>

O montante de disponibilidades em instituições de crédito no país engloba depósitos à ordem em várias instituições, sendo que o Barclays Private Banking é o que apresenta um saldo mais significativo no valor de Eur 406.927 (2005- Eur 2.511.013).

No montante de disponibilidades em instituições de crédito no estrangeiro, destaca-se o saldo junto do Deutsch Bank Frankfurt de Eur 1.344.434 (2005 - Eur 1.544.509).

Estes saldos incluem as disponibilidades das contas correntes de clientes junto da Sociedade, sendo de clientes da Gestão Discricionária Eur 235.293 (2005: Eur 2.941.665) (ver Nota 22).

NOTA 8 –ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A análise de activos financeiros disponíveis para venda, é analisada como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida pública portuguesa		
Obrigações do tesouro	<u>9 793</u>	<u>10 038</u>
Reserva de justo valor		
Positiva (negativa)	<u>7</u>	<u>(211)</u>
Rendimentos a receber		
Juros de obrigações do tesouro	<u>229</u>	<u>325</u>
Valor de balanço	<u><u>10 029</u></u>	<u><u>10 152</u></u>

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 2.2 c) a carteira de títulos disponíveis para venda, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é apresentada líquida das reservas de reavaliação, no montante de Eur 7 e Eur (211), respectivamente (ver Nota 20).

Estes títulos, tal como referido na nota 2.2 c) são adquiridos pela Sociedade com o objectivo de prestar garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 2/2000 (ver Nota 14). São títulos que são mantidos em carteira até à data de reembolso.

Em 31 de Dezembro de 2006, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento, é como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Até três meses	0	1 059
De um ano a cinco anos	<u>9 800</u>	<u>8 768</u>
	<u>9 800</u>	<u>9 827</u>

O valor de balanço das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, compara com os seguintes valores, nominais ou de reembolso na data de maturidade e de mercado:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Valor nominal	10 000	9 550
Valor de mercado	9 800	9 827
Valor de balanço	9 800	9 827

As taxas de remuneração destes títulos à data do balanço, oscilam nos seguintes intervalos:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Títulos de rendimento fixo	<u>3,2%</u>	<u>5,375% - 9,5%</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a activos financeiros disponíveis para venda , são como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Títulos adquiridos por valor (inferior)		
superior ao seu valor de reembolso	<u>(213)</u>	<u>488</u>

NOTA 9 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Em instituições de crédito no país		
Aplicações de tesouraria	0	335 250
Juros a receber das aplicações de tesouraria	<u>0</u>	<u>17 966</u>
	<u>0</u>	<u>353 216</u>

No dia 22 de Maio de 2006, a LP Corretora resgatou o depósito com pré-aviso constituído junto do Banco Mais, tendo recebido juros acumulados brutos no montante de Eur 21.879, e tendo sido retido o valor de Eur 4.376 a título de retenção na fonte (ver Nota 27), nos termos do artigo 88º do Código do IRC.

NOTA 10 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Outros activos tangíveis		
Imóveis		
Obras em imóveis arrendados	14 487	14 487
Equipamento		
Equipamento informático	152 535	151 949
Instalações interiores	15 567	15 567
Mobiliário e material	20 860	20 860
Máquinas e ferramentas	6 865	6 135
Equipamento de segurança	2 006	2 006
Material de transporte (a)	35 430	5 430
	<u>233 263</u>	<u>201 947</u>
Equipamento em locação financeira		
Material de transporte (a)	0	30 000
	<u>247 750</u>	<u>246 434</u>
Amortizações acumuladas		
De obras em imóveis arrendados	(7 383)	(5 804)
De equipamento (b)	(194 071)	(147 490)
De imobilizado em locação financeira (b)	0	(11 875)
	<u>(201 454)</u>	<u>(165 169)</u>
Total dos outros activos tangíveis líquidos de amortizações	<u>46 296</u>	<u>81 265</u>

(a) Transferência do equipamento em locação financeira para material de transporte da sociedade, em virtude da cessão antecipada do contrato de locação financeira.

(b) Pelo facto descrito na alínea a) o saldo de amortizações acumuladas de imobilizado em locação financeira existente a 31-12-2005 de Eur 11.875, foi transferido em 2006 para a rubrica de equipamento.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Equipamento em locação financeira	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	14 487	201 947	30 000	246 434
Adições	-	1 316	-	1 316
Transferências (a)	-	30 000	(30 000)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>14 487</u>	<u>233 263</u>	<u>-</u>	<u>247 750</u>
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	(5 804)	(147 490)	(11 875)	(165 169)
Amortizações do exercício	(1 579)	(34 706)	-	(36 285)
Transferências (a)	-	(11 875)	11 875	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>(7 383)</u>	<u>(194 071)</u>	<u>-</u>	<u>(201 454)</u>
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2006	<u>7 104</u>	<u>39 192</u>	<u>-</u>	<u>46 296</u>

NOTA 11 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Activos intangíveis		
Adquiridos a terceiros		
Sistemas de tratamento informático de dados	129 302	129 302
Despesas de investigação e desenvolvimento	3 808	3 808
Despesas de estabelecimento	21 872	21 872
Outras imobilizações incorpóreas	<u>39 730</u>	<u>39 730</u>
	<u>194 712</u>	<u>194 712</u>
Imobilizado em curso		
Sistemas de tratamento informático de dados	<u>774</u>	<u>0</u>
	<u>195 486</u>	<u>194 712</u>
Amortizações acumuladas	<u>(192 954)</u>	<u>(185 027)</u>
Total dos activos intangíveis		
líquidos de amortizações	<u><u>2 532</u></u>	<u><u>9 685</u></u>

As despesas de investigação e desenvolvimento referem-se aos custos com a concepção e implementação de um site corporativo na internet. São amortizadas numa base duodecimal durante um período de três anos (ver Nota 2 f).

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de Imobilizado em curso nos sistemas de tratamento informático de dados, refere-se ao primeiro adiantamento feito por conta das alterações informáticas necessárias realizar, por forma a cumprir com as directivas da CMVM.

Estas alterações são essencialmente nas aplicações de *front-office*, mais especificamente:

- a reabilitação do sistema RTrading (ordens);
- a actualização da tecnologia utilizada para melhorar o desempenho das aplicações, passando da versão 5.5 para a 10, e passando também a utilizar tecnologia *Client Server* e
- o desenvolvimento dos interfaces com o FIX para envio e recepção de Ordens para o mercado.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Despesas de constituição	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	129 302	21 872	43.538	194 712
Adições	-	-	-	-
Imobilizado em curso:				
Adquiridos a terceiros	774	-	-	774
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	130 076	21 872	43 538	195 486
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	(125 705)	(21 872)	(37 450)	(185 027)
Amortizações do exercício	(2 156)	-	(5 771)	(7 927)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	(127 861)	(21 872)	(43 221)	(192 954)
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2006	2 215	-	317	2 532

NOTA 12 – ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar 2006 (ver Nota 27)	4 243	0
Pagamentos especiais por conta		
2004	6 455	6 455
2006	3 104	0
	<u>9 559</u>	<u>6 455</u>
	<u>13 802</u>	<u>6 455</u>

NOTA 13 - OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Outras disponibilidades	352	3 380
Devedores diversos	11 717	0
Despesas com encargo diferido		
Fundo de pensões	602	0
Seguros	19 564	13 146
Outras	2 253	2 320
	<u>22 419</u>	<u>15 466</u>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Desvios actuariais incluídos no corredor	0	1 160
Operações a regularizar		
Operações de bolsa a regularizar	1 474 404	1 963 550
Operações fora de bolsa a regularizar	150 000	0
Operações cambiais à vista a liquidar	22 803	0
Outras	67 635	17 266
	<u>1 714 842</u>	<u>1 980 816</u>
	<u>1 749 330</u>	<u>2 000 822</u>

A rubrica de Devedores diversos inclui essencialmente valores em dívida por operações realizadas por conta de clientes e ainda não regularizadas por estes. Estas regularizações ocorrem, na generalidade dos casos, num curto prazo.

A rubrica de Outras disponibilidades representa valores que a Sociedade detém junto de outras contas de clearing, sendo na sua quase totalidade disponibilidades dos clientes.

As rubricas de Operações de bolsa e fora de bolsa a regularizar do activo e do passivo (ver Nota 14), em 31 de Dezembro de 2006, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2007, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transaccionados.

NOTA 14 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O saldo desta rubrica é composto quanto à sua natureza , como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
A prazo		
Recursos de clientes	<u>39 472</u>	<u>47 732</u>
	<u>39 472</u>	<u>47 732</u>

Esta rubrica reflecte valores de clientes, que não se encontram disponíveis, de forma a garantirem as operações de compra dos títulos que os mesmos clientes apresentam a descoberto, em consequência de operações de short-selling.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações, é o seguinte:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Exigível a prazo		
Até três meses	<u>39 472</u>	<u>47 732</u>
	<u>39 472</u>	<u>47 732</u>

NOTA 15 – PROVISÕES

O movimento verificado nas rubricas de provisões, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foi o seguinte:

	Saldo em <u>31-12-2005</u>	Movimentos no exercício			Saldo em <u>31-12-2006</u>	
		<u>Transfe- rências</u>	<u>Reforços</u>	<u>Utilizações</u>		<u>Reposições/ Anulações</u>
Provisões para						
Riscos gerais de crédito	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>5 073</u>	<u>0</u>	<u>(4 956)</u>	<u>117</u>
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>5 073</u>	<u>0</u>	<u>(4 956)</u>	<u>117</u>

NOTA 16 – PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar (ver Nota 27)	<u>0</u>	<u>448</u>

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Empréstimos subordinados		
Luso Partners - SGPS, SA	<u>100 000</u>	<u>100 000</u>
	<u>100 000</u>	<u>100 000</u>

Esta rubrica representa o valor do contrato de suprimentos celebrado em 22 de Maio de 2003 com a Luso Partners – SGPS, SA. Estes suprimentos são gratuitos e por um prazo de vencimento indeterminado. O seu reembolso parcial ou total, antecipado ou não, terá obrigatoriamente de ter o prévio acordo do Banco de Portugal.

NOTA 18 –OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos decompõe-se como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Responsabilidades totais	0	1 194
Desvios actuariais incluídos no corredor	709	0
	<u>709</u>	<u>1 194</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	1 563 664	4 773 383
Outros impostos a entregar ao Estado	27 524	9 930
Contribuições para a Segurança Social	19 233	6 213
Fornecedores de bens de locação financeira	0	10 166
Credores por fornecimento de bens	11 575	1 972
Outros credores	1 385	0
	<u>1 623 381</u>	<u>4 801 664</u>
Encargos a pagar		
Encargos com férias e subsídio de férias	42 582	47 818
Outros	22 121	11 499
	<u>64 703</u>	<u>59 317</u>
Operações a regularizar		
Operações de bolsa a regularizar	1 469 479	1 957 440
Operações fora de bolsa a regularizar	150 000	0
Operações cambiais à vista a liquidar	22 779	119
Outras	2 844	915
	<u>1 645 102</u>	<u>1 958 474</u>
	<u>3 333 895</u>	<u>6 820 649</u>

A rubrica de Credores por operações sobre valores mobiliários inclui Eur 1.563.664 (2005: Eur 4.773.383) de saldos positivos das contas correntes com clientes, cuja contrapartida se reflecte, entre outras, na rubrica de Disponibilidades em outras instituições de crédito, no país e no estrangeiro (ver Nota 7).

O valor da Segurança Social a pagar em 31 de Dezembro de 2006, inclui os valores a pagar dos meses de Novembro e Dezembro do exercício. O valor de Novembro 2006 é de Eur 13.308,56 e foi pago no dia 19 de Janeiro de 2007. Efectivamente, e de acordo com a legislação em vigor, fizemos o pagamento no dia correcto, 15 de Dezembro de 2006, através da página da internet do Barclays Bank, tendo como suporte um documento comprovativo do pagamento realizado com sucesso. Só mais tarde é que nos apercebemos de que a operação não tinha sido executada, visto o valor não estar debitado na conta, porque a função disponível de pagamento à Segurança Social do Barclays Bank é apenas para particulares e não para empresas.

As rubricas de Operações de bolsa a regularizar do activo e do passivo (ver Nota 13), em 31 de Dezembro de 2006, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa efectuadas por conta de clientes nos últimos dias úteis de Dezembro, e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de Janeiro de 2007, de acordo com o período que vigora nos mercados onde os títulos são transaccionados.

Conforme política contabilística descrita na Nota 2 g), os ganhos e perdas actuariais com Pensões até ao limite do corredor encontram-se registados na rubrica de desvios actuariais.

NOTA 19 - CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social da Sociedade no valor de Eur 760.000, encontrava-se representado por 152 000 acções, com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas pela Luso Partners – SGPS, SA.

NOTA 20 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O movimento verificado nas contas de reservas e de resultados transitados, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foi o seguinte:

	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2005</u>	<u>Aumento</u>	<u>Reduções</u>	<u>Transfe-</u> <u>rências</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2006</u>
Reservas de reavaliação					
Reservas de justo valor r/ activos financeiros disponíveis para venda	(211)	218	0	0	7
Outras reservas e resultados transitados					
Reserva legal	40 858	0	0	0	40 858
Resultados transitados	(113 035)	0	0	(168 661)	(281 696)
	(72 177)	0	0	(168 661)	(240 838)
Resultado do exercício					
2005	(168 661)	0	0	168 661	0
2006	0	67 119	0	0	67 119
Total	<u>(241 049)</u>	<u>67 337</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>(173 712)</u>

I) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2.d).

II) Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo esta reserva ser distribuída.

III) Resultados transitados

A aplicação dos resultados da Sociedade referente ao exercício de 2005 de Eur 168.661, foi a transferência do seu resultado negativo para resultados transitados.

NOTA 21 – PENSÕES DE REFORMA

A LP Corretora assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma por velhice. Estas prestações consistem num complemento de 20% do salário pensionário à idade normal de reforma.

Para fazer face à cobertura das responsabilidades por serviços passados relativos a pensões de reforma, a Sociedade aderiu em Agosto de 2002 ao Fundo de Pensões aberto denominado “Espírito Santo Multireforma”, cuja gestão é exercida pela ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, SA, sociedade integrada no Grupo Espírito Santo.

O reconhecimento, tratamento e relevação contabilística das responsabilidades para com pensões de reforma e sobrevivência são regulamentados pelo Aviso nº 12/2001, de 9 de Novembro, do Banco de Portugal, conforme descrito na Nota 2 g).

Com referência a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, apresentam-se as responsabilidades, encargos, contribuições da Sociedade para o fundo de pensões e níveis de cobertura, que traduzem a aplicação do anterior normativo:

i) Número de participantes

	31-12-2006				31-12-2005			
	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)	Número de participantes	Remuneração anual (euros)	Idade (média)	Anos de serviço passado (médio)
Activos								
LP Corretora	9	313 831	43	5	9	311 573	42	4

ii) Evolução das responsabilidades

O valor actual das responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência, decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Responsabilidades por serviços passados -		
Pessoal no activo	104 460	80 999
Valor do Fundo de Pensões Aberto		
"Espírito Santo Multireforma"	104 843	79 546
Excesso/(déficit) de cobertura	383	(1 453)
Nível de cobertura das responsabilidades	100,4%	98,2%
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	358 958	368 880
Valor actual das responsabilidades totais (VART)	463 418	449 879

As responsabilidades da Sociedade em 2006 e 2005 evoluíram como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Responsabilidades no final do periodo anterior	80 999	75 273
Custo do serviço corrente	21 279	0
Custo dos juros	4 050	3 764
(Ganhos) e perdas actuariais	(1 868)	1 962
Responsabilidades no final do periodo	<u>104 460</u>	<u>80 999</u>
Pessoal no activo	104 460	80 999
Responsabilidades objecto de cobertura	<u>104 460</u>	<u>80 999</u>
Valor do Fundo de Pensões Aberto		
"Espírito Santo Multireforma"	104 803	79 546
Coberturas totais	<u>104 803</u>	<u>79 546</u>
Excesso/(déficit) de cobertura	343	(1 453)
Nível de cobertura das responsabilidades	100,3%	98,2%
Responsabilidades por serviços futuros (RSF)	358 958	368 880
Valor actual das responsabilidades totais (VART)	463 761	448 426

iii) Evolução do valor do fundo de pensões

A evolução do valor do fundo de pensões em 2006 e 2005 foi a seguinte:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Valor do Fundo em 01 de Janeiro	79 546	75 377
(+) Contribuições	21 279	0
(+) Rendimento líquido do Fundo	<u>3 978</u>	<u>4 169</u>
(=) Valor do Fundo em 31 de Dezembro	<u><u>104 803</u></u>	<u><u>79 546</u></u>

O rendimento líquido do fundo contém desvios actuariais positivos de Eur 1 (2005: Eur 400 positivos).

iv) Reconhecimento das responsabilidades do exercício

Os montantes reconhecidos como custos pela Sociedade podem ser analisados da seguinte forma:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Custo do serviço corrente	21 279	0
(+) Custo dos juros	4 050	3 764
(-) Rendimento esperado do Fundo	<u>(3 977)</u>	<u>(3 769)</u>
(=) Custos correntes com o plano	<u>21 352</u>	<u>(5)</u>
(+/-) Desvios actuariais	<u>(1 869)</u>	<u>1 562</u>
(=) Responsabilidades do exercício	<u><u>19 483</u></u>	<u><u>1 557</u></u>

v) Contrapartida do reconhecimento das responsabilidades

O aumento das responsabilidades no exercício teve por contrapartida a seguinte relevação contabilística:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Custos com pessoal	21 352	(5)
(+/-) Desvios actuariais	<u>(1 869)</u>	<u>1 562</u>
(=) Responsabilidades do exercício	<u><u>19 483</u></u>	<u><u>1 557</u></u>

vi) Contribuição da Sociedade para o fundo

A contribuição entregue ao fundo de pensões durante o exercício, foi a seguinte:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Contribuições entregues ao Fundo até 31/12 (em dinheiro)	21 279	0

A reestruturação com custos de pessoal ocorrida no exercício de 2005 na LP Corretora, originou uma profunda alteração na composição do fundo de pensões da Sociedade. Assim, a Administração da LP Corretora entendeu não ser necessária qualquer contribuição em 2005, estando assegurada a cobertura mínima das responsabilidades exigida pelo Aviso nº 12/2001 do Banco de Portugal.

vii) Níveis mínimos de cobertura

Os níveis de cobertura verificados, analisam-se como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Nível mínimo de cobertura	99 237	76 949
Coberturas totais	<u>104 803</u>	<u>79 546</u>
Excesso/(déficit) de cobertura	<u>5 566</u>	<u>2 597</u>
Nível de cobertura	<u>105,6%</u>	<u>103,4%</u>

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados e os valores efectivamente verificados, bem como o método de cálculo utilizado, são conforme segue:

	<u>2006</u>		<u>2005</u>	
	Previsto	Verificado	Previsto	Verificado
Pressupostos Financeiros				
Taxa de rendimento dos activos	5%	5%	5,5%	5%
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%	2,75%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	n.a.	1,75%	n.a.
Taxa Técnica de Juro	5%	5%	5,5%	5%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de Mortalidade	TV 73/77		TV 73/77	
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001		Suisse Re 2001	
Tábua de Turn Over	n.a.		n.a.	
Método de valorização actuarial	"Projected Unit Credit Method"			

A estrutura tipo de alocação de activos utilizada pela ESAF-Espírito Santo Fundos de Pensões, SA para o fundo de pensões distribui-se em acções europeias (10%), obrigações de taxa fixa (50%) e obrigações variáveis/liquidez (40%).

NOTA 22 - RUBRICAS EXTRA PATRIMONIAIS

Os saldos das rubricas extra patrimoniais são compostos quanto à sua natureza, como segue:

i) Passivos eventuais

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Activos dados em garantia (i)	<u>9 800</u>	<u>9 827</u>
(i) Valor de mercado		

A rubrica de Passivos eventuais – Activos dados em garantia corresponde a títulos que, tal como referido na Nota 2 c), são adquiridos pela Sociedade para serem entregues em garantia ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), ao abrigo do regulamento da CMVM n° 2/2000.

ii) **Operações cambiais e instrumentos derivados**

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Operações cambiais e instrumentos derivados		
Operações cambiais à vista	<u>45 582</u>	<u>84 649</u>

iv) **Compromissos assumidos para com terceiros e por terceiros**

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores (ii)	<u>17 949 906</u>	<u>11 696 768</u>
Gestão de carteiras de activos		
Títulos em carteira (iii)	8 994 040	5 327 438
Operações a aguardar liquidação	(4 032)	(113 450)
Liquidez	<u>235 293</u>	<u>2 941 665</u>
	<u>9 225 301</u>	<u>8 155 653</u>
	<u>27 175 207</u>	<u>19 852 421</u>
Serviços prestados por terceiros		
Por depósito e guarda de valores (i)	<u>17 955 775</u>	<u>11 698 307</u>

(i) Valor de mercado (ii) Valor de mercado (ver Nota 2 k) (iii) Valor de mercado (ver nota 2 l)

O saldo da rubrica Responsabilidade por prestação de serviços - Depósito e guarda de valores corresponde ao valor de mercado, ou na sua ausência o valor nominal, dos títulos entregues por clientes à guarda da LP Corretora.

Estes títulos estão igualmente apresentados na rubrica de Serviços prestados por terceiros – Depósito e guarda de valores, em conjunto com os títulos da Sociedade, representando a entrega a outras entidades especializadas na guarda de valores, nomeadamente a Central de Valores Mobiliários, o Deutsch Bank Frankfurt e a Merrill Lynch.

A rubrica Gestão de carteiras de activos regista os valores mobiliários entregues à gestão da Sociedade, e encontram-se ao respectivo valor de mercado.

NOTA 23 – ACTIVOS E PASSIVOS REPRESENTADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

	31-12-2006				31.12.2005		
	Dólares Norte Americanos	Franco Suíços	Libras Esterlinas	Total	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Total
Activo							
Disponibilidades em outras instituições de crédito	136 157	908	0	137 065	12 789	0	12 789
Outros activos	354 215	0	100	354 315	1 218 164	0	1 218 164
Total do Activo (Euros)	<u>490 372</u>	<u>908</u>	<u>100</u>	<u>491 380</u>	<u>1 230 954</u>	<u>0</u>	<u>1 230 954</u>
Passivo							
Recursos de clientes e outros empréstimos	39 472	0	0	39 472	47 732	0	47 732
Outros passivos	447 026	749	0	447 775	1 185 125	2	1 185 128
Total do Passivo (Euros)	<u>486 498</u>	<u>749</u>	<u>0</u>	<u>487 247</u>	<u>1 232 857</u>	<u>2</u>	<u>1 232 860</u>
Total Activo/(Passivo) Líquido (Euros)	<u>3 874</u>	<u>159</u>	<u>100</u>	<u>4 133</u>	<u>(1 904)</u>	<u>(2)</u>	<u>(1 906)</u>
Posição cambial à vista	<u>(3 874)</u>	<u>(159)</u>	<u>(100)</u>	<u>(4 133)</u>	<u>(1 904)</u>	<u>(2)</u>	<u>(1 906)</u>

NOTA 24– SEGMENTAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E POR LINHAS DE NEGÓCIOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, os elementos da demonstração de resultados e do balanço da Sociedade, ventilados por linhas de negócios e por mercados geográficos, apresentam-se distribuídos da seguinte forma:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
	<u>Corretagem</u>	<u>Corretagem</u>
	<u>(retalho)</u>	<u>(retalho)</u>
Portugal		
Elementos da demonstração de resultados		
Juros e rendimentos similares	27 102	22 045
Juros e encargos similares	(5 237)	(10 770)
Rendimentos de serviços e comissões	1 312 197	1 051 850
Encargos com serviços e comissões	(346 660)	(270 963)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	(271)	(390)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	(786)	3 366
Outros resultados de exploração	(43 363)	(16 286)
Custos com pessoal	(449 290)	(455 123)
Outros gastos administrativos	(378 983)	(387 730)
Amortizações do exercício	(44 211)	(102 481)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(117)	8
Impostos correntes	<u>(3 262)</u>	<u>(2 187)</u>
Resultado líquido do exercício	<u>67 119</u>	<u>(168 661)</u>
Portugal		
Elementos do balanço		
Recursos de clientes e outros empréstimos	39 472	47 732
Outros passivos	3 333 895	6 820 649
Activo líquido total	<u>4 059 772</u>	<u>7 487 779</u>

NOTA 25 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Outros resultados de exploração		
Ganhos não realizados	0	164 (a)
Rendas de locação operacional	(26 805)	0
Outros impostos	(11 745)	(11 867)
Outros resultados (líquido)	<u>(4 813)</u>	<u>(4 583)</u>
	<u>(43 363)</u>	<u>(16 286)</u>

(a) Com a adopção das IFRS, o saldo existente em 01 de Janeiro de 2005 relativo a menos valias nas Obrigações do tesouro foi revertido por resultados.

NOTA 26 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Remunerações	343 707	336 632
Encargos sociais obrigatórios	82 299	73 865
Encargos sociais facultativos	22 611	24 210
Indemnizações contratuais	0	19 250
Outros custos	<u>673</u>	<u>1 166</u>
	<u>449 290</u>	<u>455 123</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o número médio de colaboradores ao serviço da LP Corretora estava decomposto pelas seguintes categorias profissionais (ver Nota 1):

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Funções		
Administração	4	4
Direcção	1	1
Técnicos	2	2
Administrativos	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>8</u>	<u>8</u>

O montante das remunerações atribuídas durante o exercício de 2006 aos membros do órgão de Administração da LP Corretora foi de Eur 233.432 (2005: Eur 194.903).

Os membros do órgão de Fiscalização não são remunerados, excepto no caso do Revisor Oficial de Contas que é remunerado pela certificação legal das contas da empresa e cujos honorários são incluídos em outros gastos administrativos.

Não existem quaisquer adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

NOTA 27 – IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

A LP Corretora está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) e à correspondente Derrama.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda sujeitos a possível revisão. No entanto, é convicção da Administração da LP Corretora, que não ocorrerá qualquer liquidação adicional, de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras, relativamente aos exercícios passíveis de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência.

Neste momento está-se a implementar um *business plan* por forma a possibilitar uma melhor previsão dos resultados económicos futuros, por parte da Administração. Deste modo, a Sociedade decidiu não calcular impostos diferidos activos, sobre os prejuízos fiscais acumulados.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e o imposto sobre o rendimento a pagar, com referência a 31.12.2006 e 31.12.2005, analisa-se como segue:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Lucro contabilístico antes de impostos	70 380	(166 474)
Provisões não dedutíveis	117	0
Amortizações excessivas	18	18
Multas de natureza fiscal	74	100
Prejuízo fiscal 2004		
LP Corretora (i)	<u>(70 589)</u>	<u>0</u>
Lucro tributável	<u>0</u>	<u>(166 356)</u>
Estimativa de imposto sobre lucros (ii)	0	0
Tributações autónomas	<u>3 262</u>	<u>2 187</u>
Imposto sobre o lucro do exercício	3 262	2 187
Estimativa de impostos sobre lucros registada em custos (iii)	<u>3 262</u>	<u>2 187</u>
Taxa efectiva de imposto	n.a.	n.a.
Pagamentos por conta efectuados no exercício	0	0
Retenções na fonte	<u>(7 505)</u>	<u>(1 739)</u>
Impostos sobre lucros a (receber) pagar (ver Notas 8 e 12)	<u>(4 243)</u>	<u>448</u>

(i) O prejuízo fiscal da sociedade em 2004 foi de Eur -108.532, pelo que fica um valor remanescente de Eur -37.943. Também em 2005 a sociedade apresentou um prejuízo fiscal de Eur -166.364, pelo que o valor total de prejuízos fiscais por utilizar é de Eur -204.307.

(ii) No caso do Lucro Tributável positivo, este valor seria calculado com base na taxa de imposto sobre o rendimento (2006 e 2005: 25%) e na derrama de 10%.

(iii) Valor correspondente somente à tributação autónoma, face a um lucro tributável nulo.

NOTA 28 – NORMAS CONTABILISTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Esta nota tem por objectivo dar a conhecer as principais alterações nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) que poderão vir, futuramente, a ter impacto nas demonstrações financeiras da LP Corretora.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e emenda ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

Em 18 de Agosto de 2005, o International Accounting Standards Board (IASB), emitiu o IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações* e adenda complementar ao IAS 1 *Apresentação de Demonstrações Financeiras*.

O IFRS 7 vem introduzir novos requisitos no sentido de melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros. Esta norma vem substituir o IAS 30 *Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares* e alguns dos requisitos da IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação*. A emenda ao IAS 1 introduz novos requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades.

Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Decorrente da adopção do IFRS 7 não se vislumbra quaisquer impactos, na Luso Partners, decorrentes da aplicação desta norma.

IFRIC 4 – Determinar se um Acordo contém uma Locação

O Internacional Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 2 de Dezembro de 2004, o IFRIC 4 – Determinar se um Acordo contém uma Locação, que é aplicável a períodos anuais com início ou após 1 de Janeiro de 2006.

O IFRIC 4 estabelece os critérios para determinar se um acordo constitui um contrato de locação ou contém um contrato deste tipo, como por exemplo no caso de certos contratos de compra firme (*take-or-pay*). A IFRIC 4 clarifica em que circunstâncias estes acordos, que não assumem a forma jurídica de locações, devem, todavia, ser contabilizados de acordo com a IAS 17 Locações.

RELATÓRIO E PARECER

DO

FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas,

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Fiscal Único da “LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.”, examinou o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas anexas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e consequentemente vem submeter à vossa apreciação o seu relatório e parecer.
2. No ano anterior efectuamos igualmente o exame das demonstrações financeiras e elaborámos o respectivo relatório, parecer e certificação legal das contas.
3. No decurso do exercício acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Luso Partners Corretora e a sua gestão, tendo recebido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos e apoios julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções.
4. Durante o exercício em apreço verificámos com regularidade os livros, os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte.
5. Efectuámos trabalho relativo à conferência dos valores patrimoniais da sociedade e através do método da amostragem constatámos que foram seguidos os procedimentos contabilísticos de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal.
6. No âmbito do trabalho desenvolvido queremos referir os principais factos seguintes:



Rua Artilharia Um, 104 - 4.ª Esq.ª • 1099 - 053 LISBOA
Telefones: 213 841 600 • Fax: 213 855 024 • e-mail: geral@acrc-sroc.com

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- 6.1. A Luso Partners – Sociedade Corretora segue o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.
 - 6.2. As disponibilidades em outras instituições de crédito englobam depósitos à ordem em instituições de crédito no país no valor de 831.667 euros e em instituições de crédito no estrangeiro no valor de 1.406.117 euros.
Os depósitos à ordem são, na generalidade, remunerados.
 - 6.3. O activo imobilizado corpóreo foi contabilizado pelo custo de aquisição e as taxas de amortização aplicadas são as estabelecidas no Dec. Regulamentar n.º 2/90.
 - 6.4. As contas de outros activos e outros passivos englobam fundamentalmente as operações de bolsa a regularizar, quer as compras (1.474.404 euros) quer as vendas (1.469.479 euros) de títulos, efectuadas por conta dos clientes nos últimos dias de 2006 e que aguardam a respectiva liquidação financeira no início de 2007.
Confrontar com as notas 13 e 18 do anexo às contas.
 - 6.5. O movimento ocorrido na rubrica provisão para riscos gerais de crédito corresponde a um mínimo de 1% do total dos saldos devedores de clientes, e está correctamente registado.
 - 6.6. A Luso Partners Corretora aderiu a um fundo de pensões aberto de forma a financiar o plano de pensões criado pela sociedade.

Verificámos que foram cumpridos os registos contabilísticos, em conformidade com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.
7. O Relatório do Conselho de Administração está elaborado em conformidade com as disposições legais, complementa as demonstrações financeiras e põe em relevo os aspectos de maior importância da sua gestão.
 8. Em nossa opinião, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração de alterações no capital próprio, o Inventário de títulos e as respectivas notas anexas representam adequadamente o património social bem como os resultados referentes ao exercício de 2006.



Rua Artilharia Um, 104 - 4.ª Esq.ª • 1099 - 053 LISBOA

Telefones: 213 841 600 • Fax: 213 855 024 • e-mail: geral@acrc-sroc.com

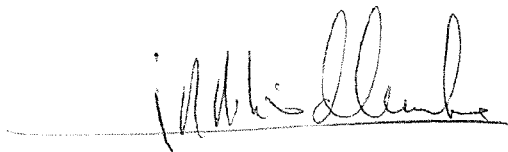
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

9. Com base no relatório exposto, somos de parecer:

- 1º - Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, tal como são apresentadas, referentes ao exercício de 2006,
- 2º - Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido,
- 3º - Que seja aprovado um voto de confiança ao Conselho de Administração pela forma criteriosa como geriu os negócios da Luso Partners Corretora.

Lisboa, 20 de Março de 2007

O FISCAL ÚNICO



Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de:
"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -"

Rua Artilharia Um, 104 - 4.º Esq.º • 1099 - 053 LISBOA
Telefones: 213 841 600 • Fax: 213 855 024 • e-mail: geral@acrc-sroc.com

INSCRITA NA LISTA DOS R.O.C. COM O N.º 19 (SOCIEDADES) • REGISTADA NO REGISTO DE AUDITORES JUNTO DA C.M.A.M. COM O N.º 319

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de “**LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.**”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 4.059.772 euros e um total de capital próprio de 586.287 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 67.119 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da “**LUSO PARTNERS – Sociedade Corretora, S.A.**”, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



Rua Artilharia Um, 104 - 4.ª Esq.ª • 1099 - 053 LISBOA
Telefones: 213 841 600 • Fax: 213 855 024 • e-mail: geral@acrc-sroc.com

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados

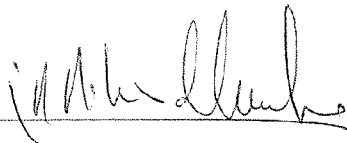
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **“LUSO PARTNERS - Sociedade Corretora, S.A.”**, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 20 de Março de 2007



Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de:
“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

Rua Artilharia Um, 104 - 4.ª Esq.º • 1099 - 053 LISBOA
Telefones: 213 841 600 • Fax: 213 855 024 • e-mail: geral@acrc-sroc.com

INSCRITA NA LISTA DOS R.O.C. COM O N.º 19 (SOCIEDADES) • REGISTADA NO REGISTO DE AUDITORES JUNTO DA C.M.V.M. COM O N.º 319

56